

Boletim da Macrogestão Governamental

abril / 2022 ◀



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**



www.tcees.tc.br



@tceespiritosanto

Publicado em 08/06/2022

Apresentação

Com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo disponibiliza este instrumento informativo de cunho gerencial.

Desenvolvido a partir dos dados disponíveis no CidadES (com informações fiscais e econômicas do Estado e dos municípios capixabas, produzido pelo próprio TCEES) e no Sigefes (sistema de gestão das finanças públicas do Estado, utilizado pelo Governo Estadual), este boletim destaca e compara os principais indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais. O Boletim da Macrogestão Governamental contempla a execução orçamentária do Estado e dos municípios; a avaliação do cumprimento de limites e metas; dados previdenciários e, ainda, outros aspectos relacionados à governança.

Os principais destinatários das informações apresentadas no Boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Mais informações sobre receitas, despesas, avaliações sobre endividamento, metas fiscais, limites de saúde, educação e gastos com pessoal, prestação de contas, fiscalização, e outros indicadores do Estado e dos municípios, estão disponibilizadas em <https://paineldecontrole.tcees.tc.br>.



sumário

Finanças do Estado

Finanças dos Municípios

Panorama econômico

Institucional

Identidade organizacional

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Receita em **destaque**

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado **orçamentário**

Gestão **fiscal**

Impacto dos royalties na RCL

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal

Aplicação no **ensino**

Aplicação na **saúde**

Resultado **primário e nominal**

Gestão **previdenciária**

Resultado **previdenciário**

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita total

abril/2022

Receita total (em R\$ milhões)

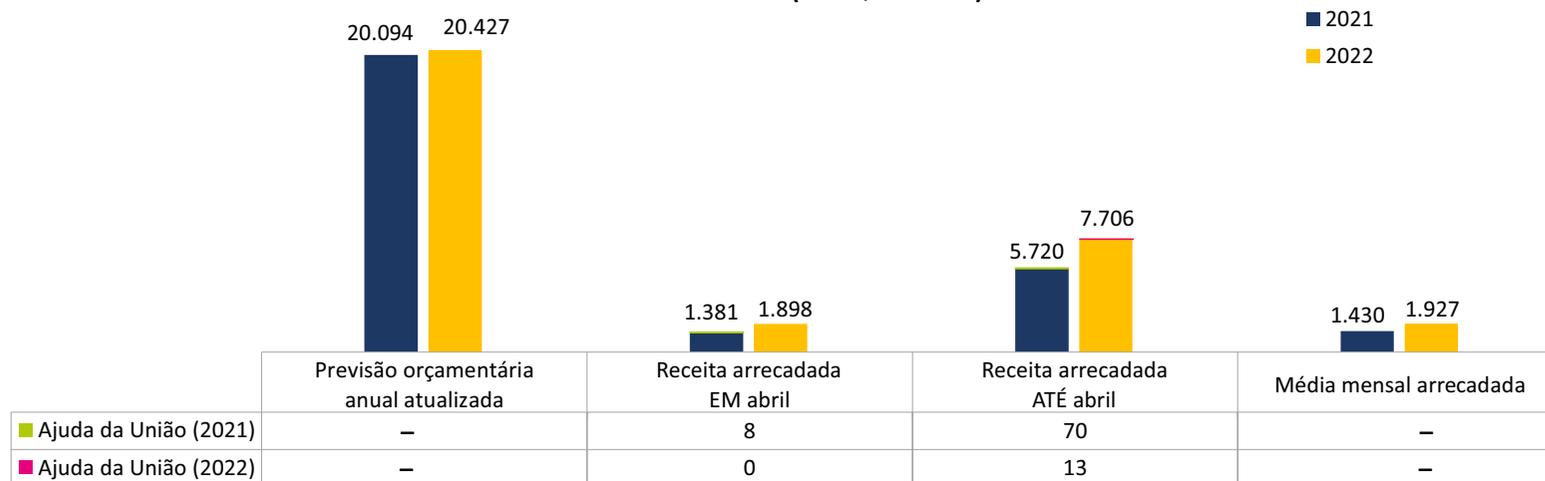


Gráfico 01 | fonte: Sigefes e Painel de Controle

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2022, atualizada pela abertura de créditos adicionais, estimou as **receitas em R\$ 20,4 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **acréscimo de 1,7%** em relação à arrecadação prevista para o ano anterior, de aproximadamente **R\$ 20,1 bilhões**.

A **receita arrecadada até abril de 2022, de R\$ 7,7 bilhões, representou um acréscimo de aproximadamente 35%**, quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a ajuda financeira da União para o enfrentamento do Coronavírus, de R\$ 13 milhões, o acréscimo passa a ser de aproximadamente 36% em relação ao montante apurado ao final do 1º quadrimestre de 2021.

A **média mensal de receitas arrecadadas até abril deste ano correspondeu a aproximadamente R\$ 1,9 bilhão**, evidenciando, desta forma, um **acréscimo** de aproximadamente **35%** em relação ao mesmo período do ano anterior.

nota valores repassados pela União

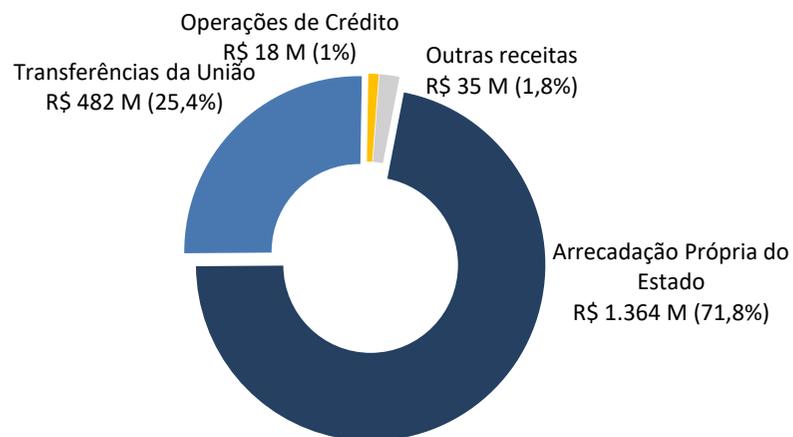
**Composição da receita arrecadada
(EM abril 2022 - em R\$ milhões)**

Gráfico 02 | fonte: Painel de Controle

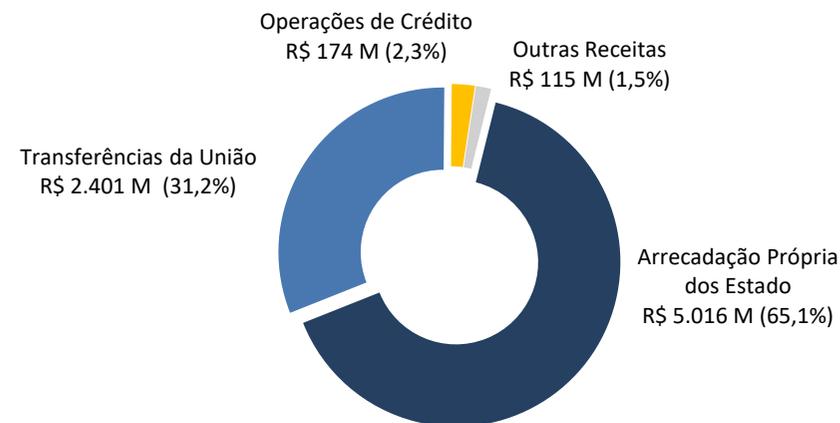
**Composição da receita arrecadada
(ATÉ abril 2022- em R\$ milhões)**

Gráfico 02A | fonte: Painel de Controle

Gestão orçamentária | receita em destaque

abril/2022

Arrecadação de ICMS - 2021 e 2022
(em R\$ milhões)

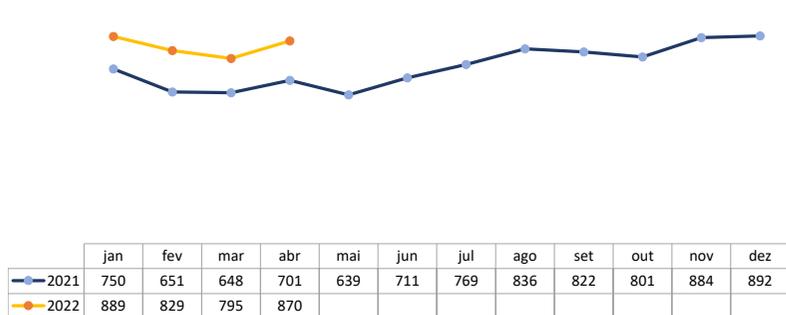


Gráfico 03 | fonte: Painel de Controle

Arrecadação de ICMS ATÉ abril
(em R\$ milhões)

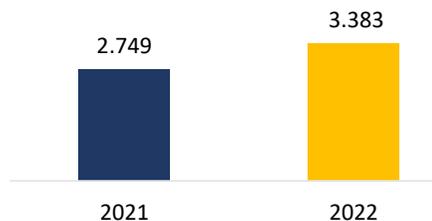


Gráfico 03A | fonte: Painel de Controle

A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulada até abril de 2022, de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões, comparada à arrecadação realizada no mesmo período de 2021, registrou um **acréscimo de 23%**. De igual modo, a **arrecadação em abril de 2022, de R\$ 870 milhões, representou um acréscimo de aproximadamente 24%**, quando comparada à arrecadação do mesmo mês do ano antecedente e um **acréscimo de 9%**, quando comparada à registrada no mês anterior.

Receita de compensação financeira - 2021 e 2022
(em R\$ milhões)

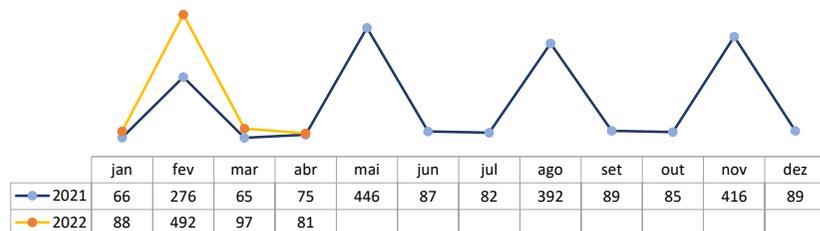


Gráfico 03B | fonte: Painel de Controle

Receita de compensação financeira ATÉ abril (em R\$ milhões)

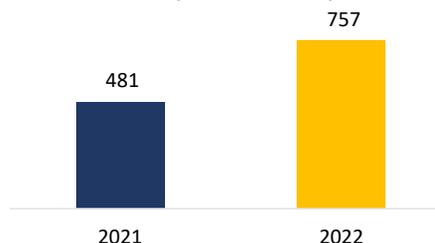


Gráfico 03C | fonte: Painel de Controle

A **receita de compensações financeiras** (cota-parte de recursos hídricos, minerais e royalties), arrecadada **até abril de 2022, de aproximadamente R\$ 757 milhões**, comparada à auferida no mesmo período de 2021, registrou **acréscimo de 57%**.

Nota: As Participações Especiais dos Royalties do Petróleo ocorrem trimestralmente a cada ano, sendo o repasse efetivado bimestralmente após a apuração.

Gestão orçamentária | despesa total

abril/2022

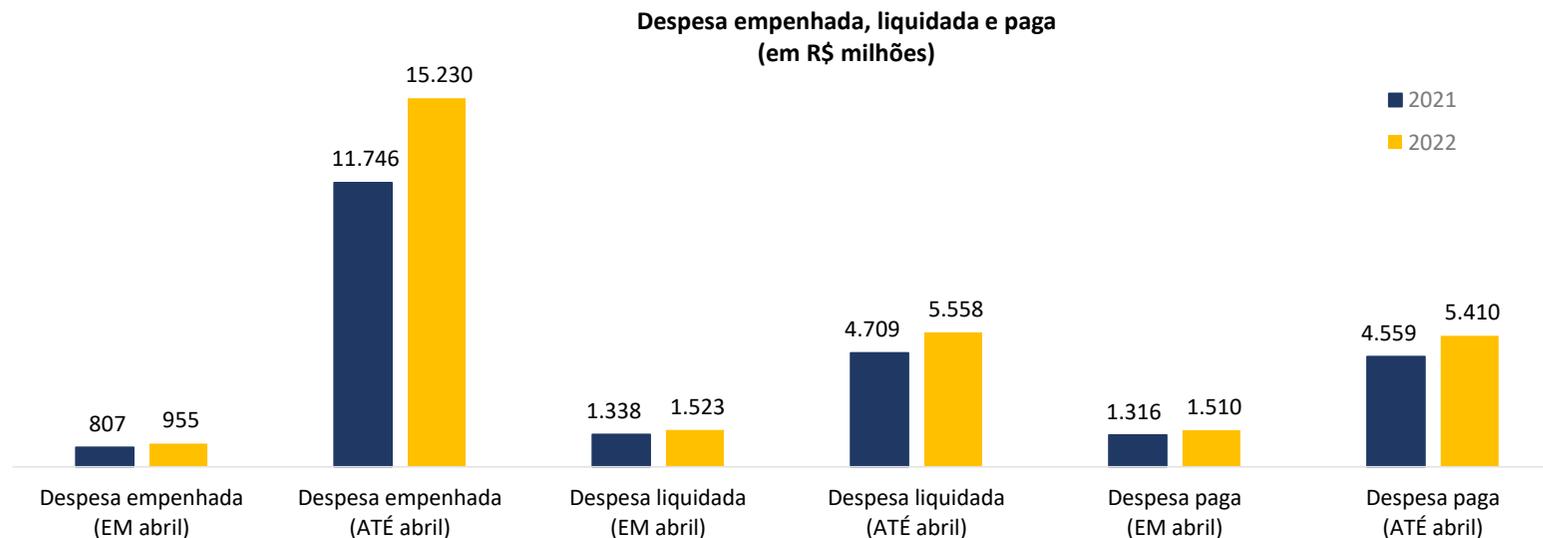


Gráfico 04 | fonte: Painel de Controle

As **despesas empenhadas em abril** de 2022 registraram um **acréscimo de 18%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. **As despesas empenhadas até abril** de 2022 apresentaram **acréscimo de aproximadamente 30%** quando comparadas àquelas registradas no mesmo período de 2021.

As despesas liquidadas em abril registraram um **acréscimo aproximado de 14%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. Igualmente, as **despesas liquidadas até abril**, comparadas àquelas do mesmo período de 2021, registraram um **acréscimo de 18%**.

As despesas pagas em abril de 2021 registraram um **acréscimo aproximado de 15%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. Já **as despesas pagas até abril de 2022**, comparadas àquelas do mesmo período de 2021, registraram um **acréscimo aproximado de 19%**.

Gestão orçamentária | comparativo da **despesa**

abril/2022

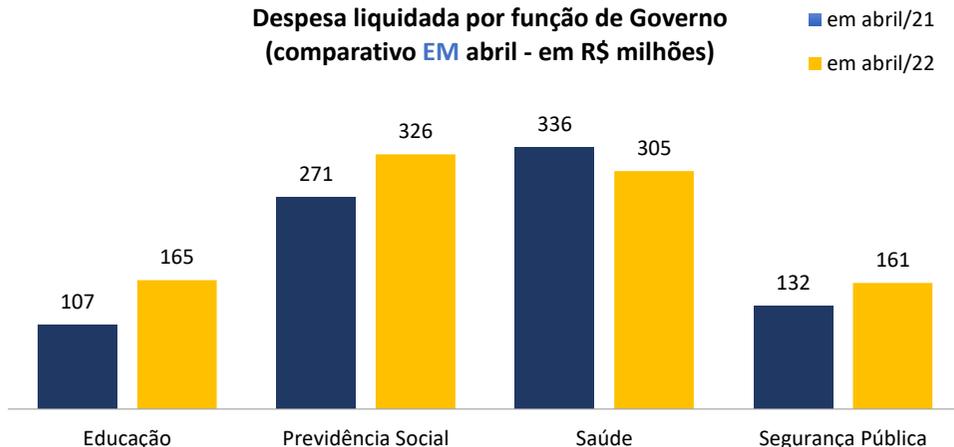
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo EM abril - em R\$ milhões)

Gráfico 05 | fonte: Painel de Controle

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que as executadas nas funções **Previdência Social** e **Saúde** destacaram-se em relação às demais, no acumulado até abril. Quanto à função **Previdência Social**, destacam-se os **acréscimos das despesas liquidadas em abril (20%) e no acumulado (16%)**, quando comparadas aos mesmos períodos de 2021. No que tange às despesas liquidadas na função **Saúde**, apurou-se **decréscimo de 9%** em relação ao mesmo mês de 2021, contudo, constatou-se um **acréscimo de 2% no montante acumulado no período**, quando da comparação com idêntico período de 2021.

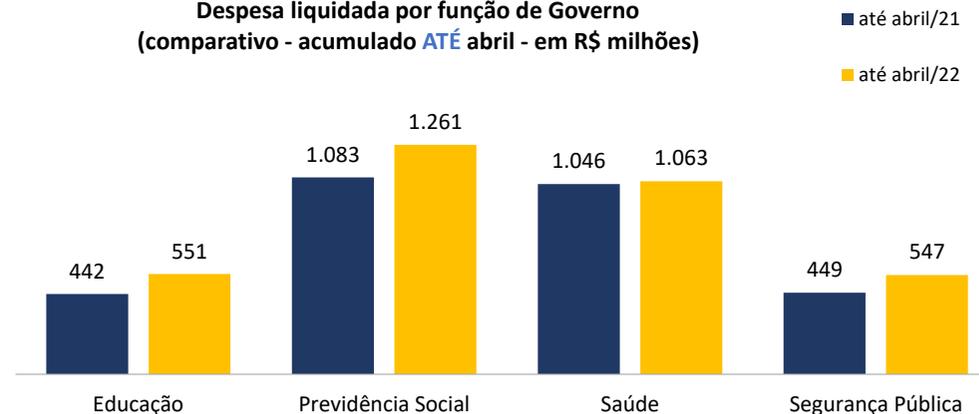
Despesa liquidada por função de Governo
(comparativo - acumulado ATÉ abril - em R\$ milhões)

Gráfico 05A | fonte: Painel de Controle

De igual forma, a função **Educação** apresentou **acréscimo considerável em abril (aproximadamente 54%) e um acréscimo de 25% no acumulado de 2022**, quando comparados com períodos semelhantes em 2021. No que se refere às despesas liquidadas na função **Segurança Pública**, estas evidenciaram **acréscimo de 23% em abril de 2022 e, também, no acumulado (22%)**, quando comparadas às despesas apuradas nos mesmos períodos de 2021.

Gestão fiscal | resultado orçamentário

abril/2022

Resultado orçamentário
(em R\$ milhões)

O Estado do Espírito Santo **arrecadou R\$ 7,7 bilhões e executou despesas no montante aproximado de R\$ 5,6 bilhões** até abril de 2022. Com isso, **o resultado orçamentário** no período **foi superavitário em aproximadamente R\$ 2,2 bilhões**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit de R\$ 1 bilhão, houve uma **variação nominal positiva de aproximadamente 112%**.

A **variação positiva** pode ser creditada ao **acréscimo** das receitas realizadas de **aproximadamente 35%** em comparação ao mesmo período de 2021.

Gestão fiscal | **impacto dos royalties na RCL**

abril/2022

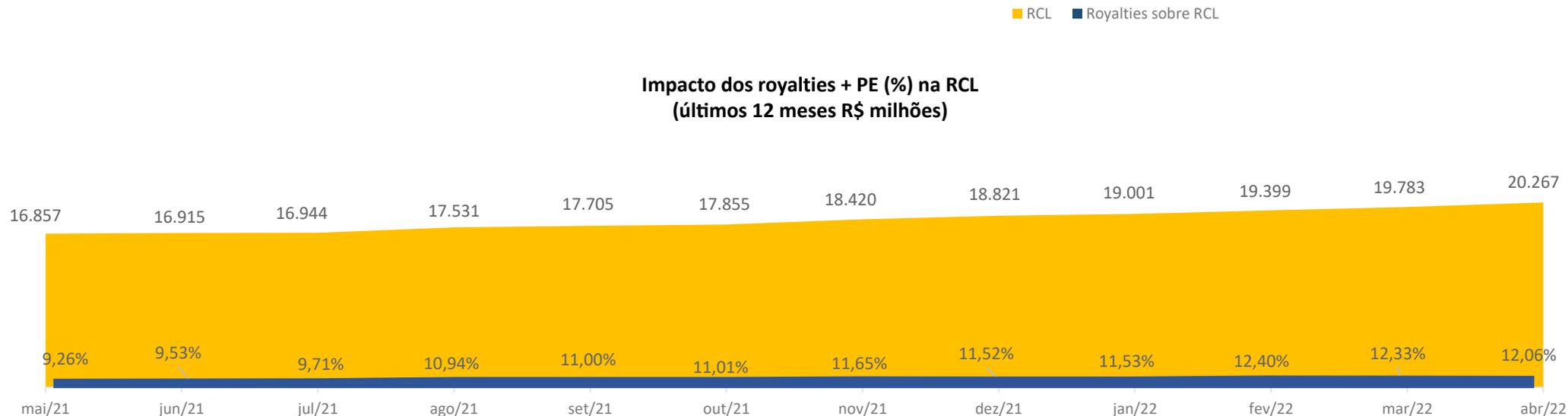


Gráfico 07 | fonte: Sigefes

O gráfico destaca o impacto da receita com royalties e participações especiais, que são recursos finitos, na composição da Receita Corrente Líquida nos últimos 12 meses.

Destaca-se no período da amostra que os meses do primeiro trimestre de 2022 foram aqueles nos quais se observou **impacto crescente dos royalties sobre a RCL, todos com representatividade percentual acima daquela verificada em dezembro de 2021. Em abril de 2022 o impacto desse tipo de receita correspondeu a 12,06%**

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

| Limites da despesa com pessoal em relação RCL Ajustada (em percentual) | | | |
|--|-------------------------------|-----------------------------------|--------|
| DESPESA COM PESSOAL | ALERTA 90% do limite legal | PRUDENCIAL 95% do limite legal | LEGAL |
| Ente Consolidado | 54,00% | 57,00% | 60,00% |
| Poder Executivo | 44,10% | 46,55% | 49,00% |
| Poder Judiciário | 5,40% | 5,70% | 6,00% |
| Ministério Público | 1,80% | 1,90% | 2,00% |
| Assembleia Legislativa | 1,53% | 1,62% | 1,70% |
| Tribunal de Contas | 1,17% | 1,24% | 1,30% |

Tabela 01 | fonte: LRF

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidos alguns itens explicitados pela LRF.

A despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, a exemplo do que ocorre no cálculo da RCL.

A despesa com pessoal ativo, inativo e pensionista de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, em cada período de apuração, não poderá exceder percentuais da Receita Corrente Líquida Ajustada – RCL previstos na LRF, conforme os limites máximos estabelecidos.

RCL ajustada em abril de 2022:

R\$ 20.216.235.835,87

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Consolidado

Despesa com pessoal

R\$ 8,94B

Limite da LRF

👍 **44,23%**Gráfico 08
Fonte: Painel
de Controle

A **despesa com pessoal “Consolidado”**, ao final de abril de 2022, atingiu **R\$ 8,94 bilhões**, representando **44,23% da RCL** e, consequentemente, obedecendo ao limite máximo estabelecido pela LRF (60% da RCL)*.

O gasto com pessoal Consolidado** representa a despesa total com pessoal dos Poderes Estaduais Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e o Ministério Público Estadual, apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores.

**De acordo com a LRF, as despesas com pessoal do Estado “Consolidado” não podem ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 19 da LRF). Caso esses gastos atinjam 57% da Receita Corrente Líquida Ajustada, o Estado entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). Caso esses gastos atinjam 54% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta. (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

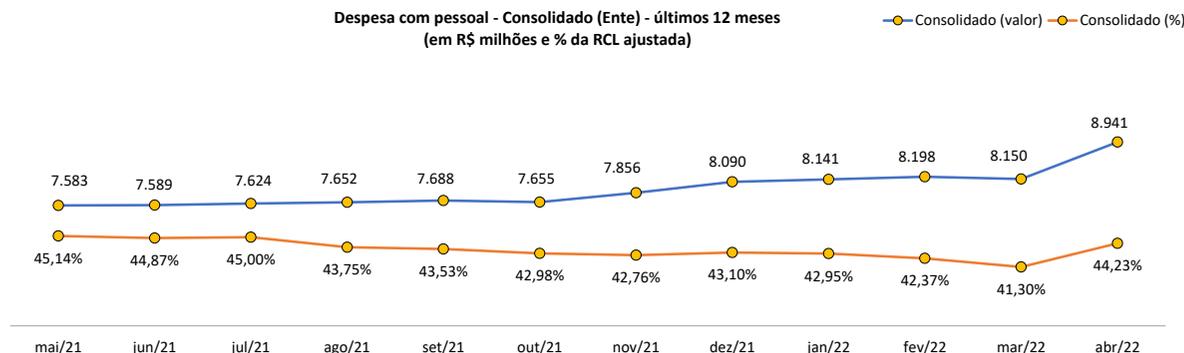
Despesa com pessoal - Consolidado (Ente) - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

Gráfico 08A | fonte: Sigefes

***nota**

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

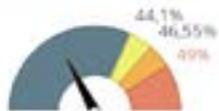
abril/2022

Poder Executivo

Despesa com pessoal

R\$ 7,34B

Limite da LRF

👍 **36,29%**Gráfico 09
Fonte: Painel
de Controle

A **despesa com pessoal do Poder Executivo Estadual*** incluída a **Defensoria Pública Estadual** (órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido em lei limite de despesa com pessoal), ao final de abril de 2022 **atingiu R\$ 7,34 bilhões, o que representou 36,29% da RCL****, obedecendo o limite máximo estabelecido pela LRF para este poder, que é de 49% da RCL.

*Em relação ao Poder Executivo, a LRF estabeleceu que as despesas com pessoal não podem ultrapassar 49% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 46,55% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Executivo entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e se tiver atingido 44,10% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

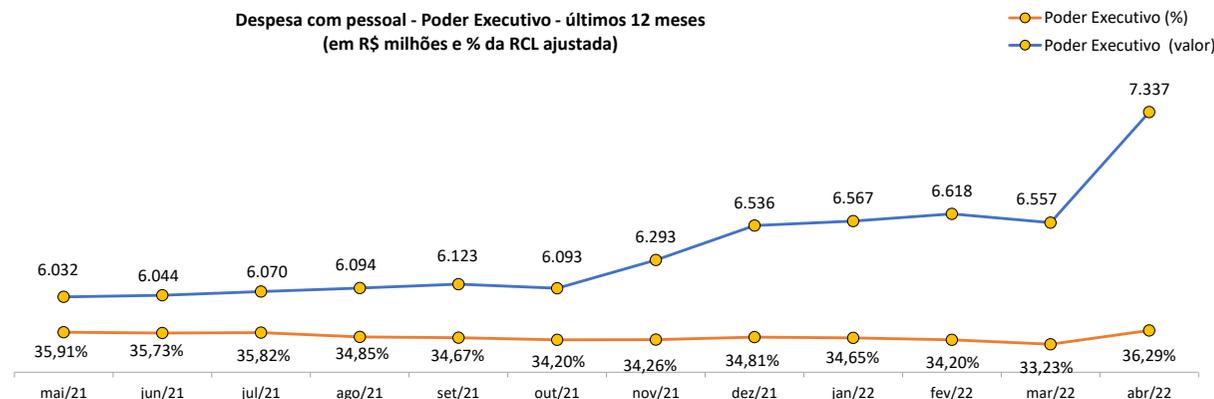
Despesa com pessoal - Poder Executivo - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

Gráfico 09A | fonte: Sigefes

**nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Poder JudiciárioDespesa com pessoal
R\$ 965,36MLimite da LRF
👍 **4,78%**Gráfico 10
Fonte: Painel de Controle

No Poder Judiciário*, a despesa com pessoal correspondeu a aproximadamente R\$ 965,36 milhões ao final de abril de 2022, o que representou 4,78% da RCL, obedecendo, portanto, ao limite máximo estabelecido pela LRF (6% da Receita Corrente Líquida Ajustada).

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Poder Judiciário não podem ultrapassar 6% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 5,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Poder Judiciário entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se for o caso de atingirem 5,40% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

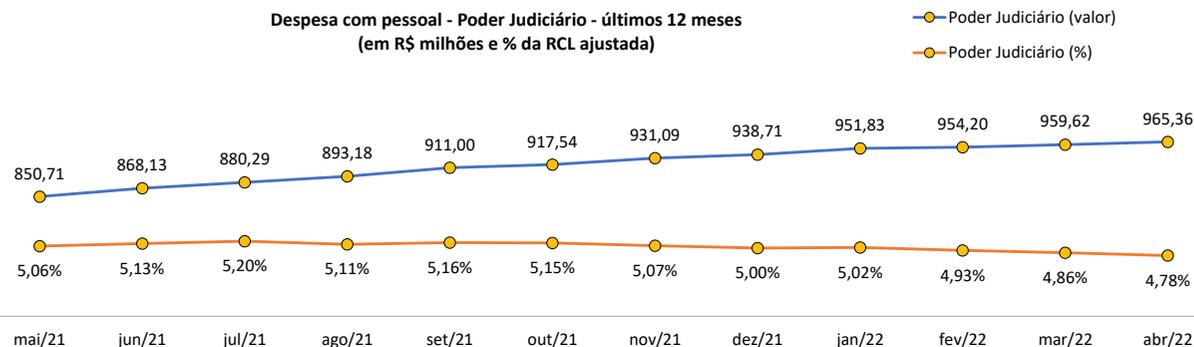
Despesa com pessoal - Poder Judiciário - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

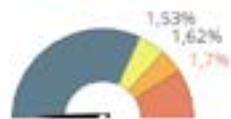
Gráfico 10A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Assembleia LegislativaDespesa com pessoal
R\$ 192,10MLimite da LRF
👍 **0,95%**Gráfico 11
Fonte: Painel de Controle

Na **Assembleia Legislativa***, a **despesa com pessoal atingiu R\$ 192,10 milhões** ao final de abril de 2022, o que representou **0,95% da RCL**, obedecendo ao limite estabelecido pela LRF, de 1,70% da RCL.

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal da Assembleia Legislativa não podem ultrapassar 1,70% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,62% da Receita Corrente Líquida Ajustada a Assembleia Legislativa entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF), e se tiver atingido 1,53% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

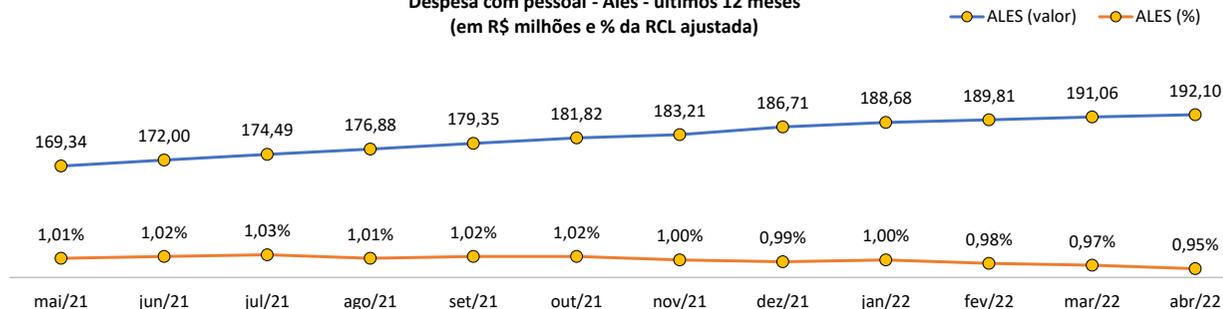
Despesa com pessoal - Ales - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

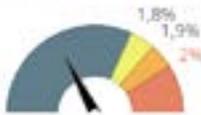
Gráfico 11A | fonte: publicação do RREO, anexo 8 (jan. e fev./2022) e TCEES/Sigefes (mar. e abr./2022).

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Ministério PúblicoDespesa com pessoal
R\$ 299,84MLimite da LRF
1,48%Gráfico 12
Fonte: Painel de Controle

No **Ministério Público Estadual*** em abril de 2022, a **despesa com pessoal atingiu R\$ 299,84 milhões**, o que representou **1,48% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido (2% da RCL).

*De De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Ministério Público não podem ultrapassar 2% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,90% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Ministério Público entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF) e caso atinjam 1,80% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

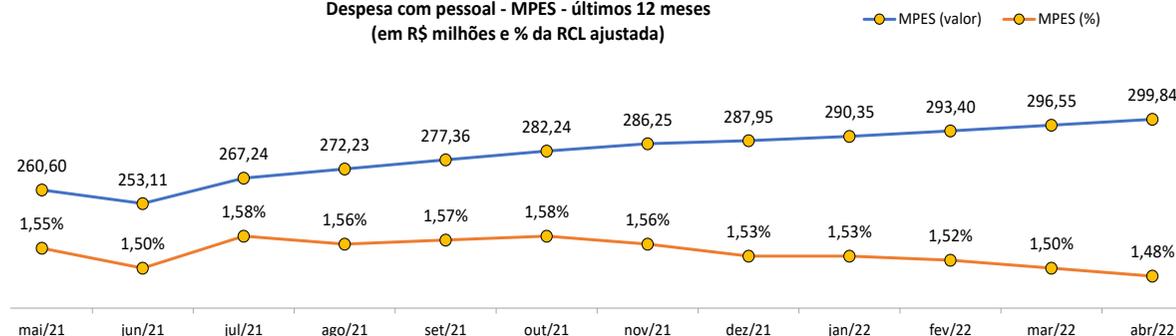
Despesa com pessoal - MPES - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

Gráfico 12A | fonte: publicação do RREO, anexo 8 (jan. e fev./2022) e TCEES/Sigefes (mar. e abr./2022).

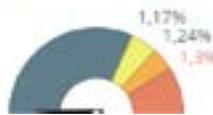
nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Tribunal de Contas

Despesa com pessoal
R\$ 147,06MLimite da LRF
0,73%Gráfico 13
Fonte: Painel de Controle

No **Ministério Público Estadual*** a despesa com pessoal atingiu **R\$ 147,06 milhões** ao final de abril de 2022, o que representou **0,73% da RCL**, obedecendo ao limite máximo estabelecido (2% da RCL).

*De acordo com a LRF as despesas com pessoal do Tribunal de Contas não podem ultrapassar 1,30% da Receita Corrente Líquida Ajustada (incisos II do art. 20 da LRF). Caso esses gastos atinjam 1,235% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas entra no Limite Prudencial (parágrafo único do art.22 da LRF). No caso de esses gastos atingirem 1,170% da Receita Corrente Líquida Ajustada o Tribunal de Contas emitirá parecer de alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF).

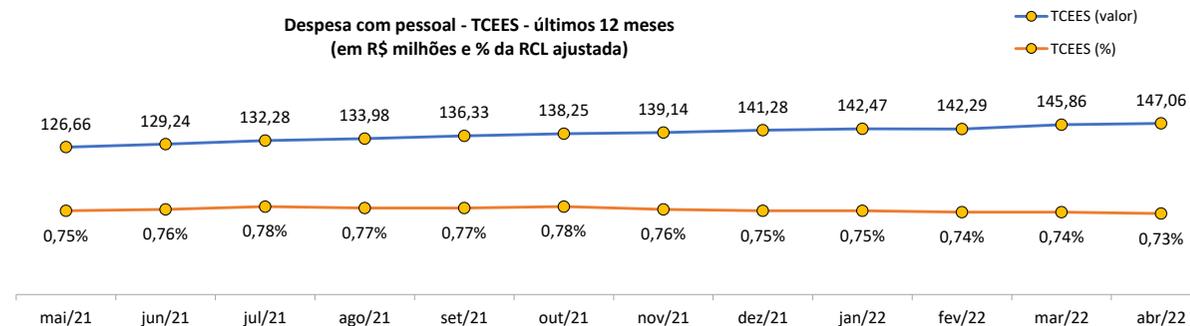
Despesa com pessoal - TCEES - últimos 12 meses
(em R\$ milhões e % da RCL ajustada)

Gráfico 13A | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **despesa com pessoal**

abril/2022

Defensoria Pública

Despesa com pessoal

R\$ 57,48M

Na **Defensoria Pública** as despesas com pessoal atingiram **R\$ 57,48 milhões** ao final de abril de 2022, que estão incluídos no cômputo do limite estabelecido pela LRF para o Poder Executivo do Estado.

Despesa com pessoal - Defensoria Pública - últimos 12 meses
(em R\$ milhões)

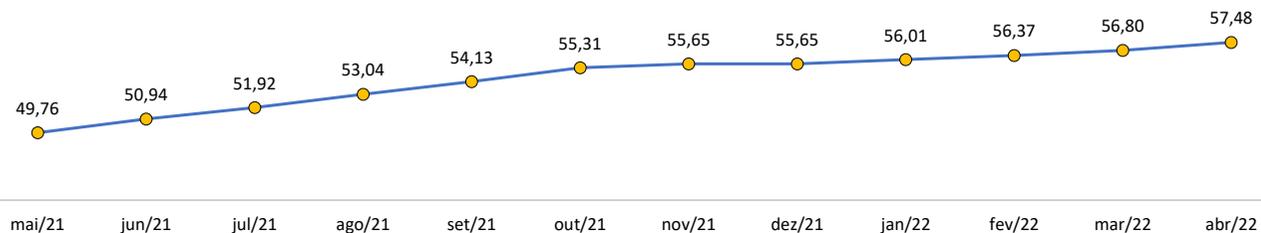


Gráfico 14 | fonte: Sigefes

nota

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)

Gestão fiscal | cenários da despesa com pessoal

abril/2022

Considerando redução dos royalties

Cenários do percentual da despesa com pessoal considerando redução dos royalties - abril/2022

| Redução dos Royalties (Cenários) | Ente (Consolidado) | Executivo | TJ | MP | Ales | TC |
|----------------------------------|--------------------|-----------|---------------------------|-------|-------|-------|
| 0% | 44,23% | 36,29% | 4,78% | 1,48% | 0,95% | 0,73% |
| -100% | 50,31% | 41,28% | 5,43% Limite de Alerta | 1,69% | 1,08% | 0,83% |

Tabela 02 | fonte: Sigefes

As receitas de compensação financeira oriundas da produção de petróleo estão classificadas no grupo de transferências correntes, compondo a base de cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL). Como se trata de recursos de alta volatilidade e de natureza transitória, a planilha em destaque aponta quais seriam os percentuais de despesa total com pessoal, por poder e órgão, considerando a hipótese de redução gradual desse tipo de receita de compensação financeira, acrescido do aporte de recursos para cobertura do déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, conforme o §3º do artigo 18 da LC nº 101/2000, incluído pela LC nº 178/2021.

Neste caso é possível observar que:

- ▶ O Tribunal de Justiça atingiria o limite de alerta na hipótese de uma redução integral (100%) nas receitas de compensação financeira (royalties).
- ▶ O Ente consolidado, Poder Executivo, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, mesmo na hipótese de redução integral (100%) da receita de compensação financeira (royalties), permaneceriam com percentuais de despesa com pessoal abaixo dos limites estabelecidos.

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **aplicação no ensino MDE**

abril/2022

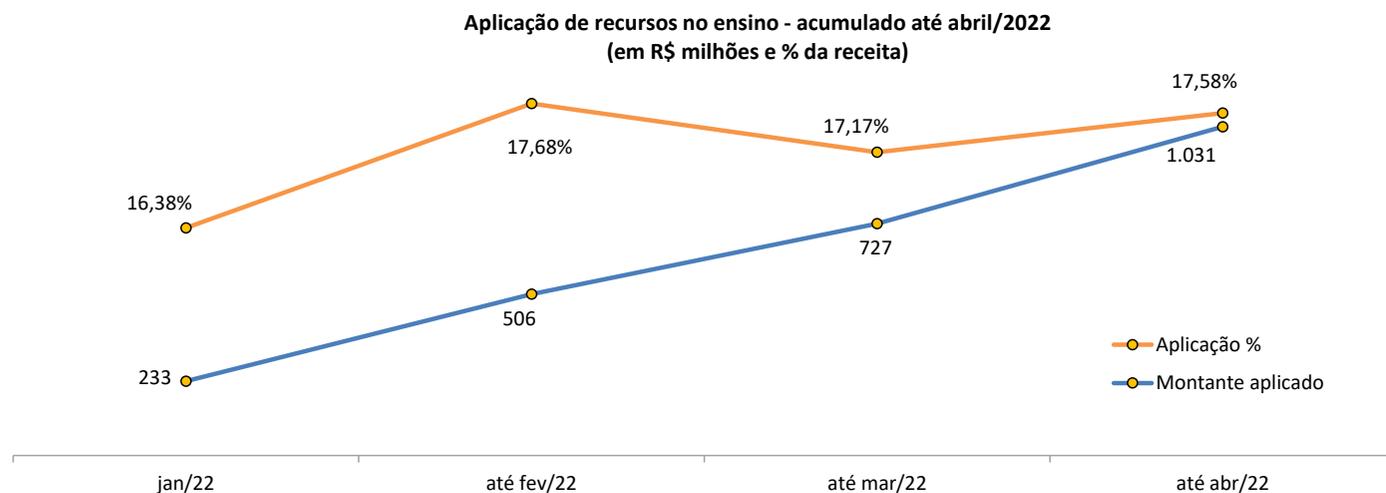


Gráfico 15 | fonte: publicação do RREO, anexo 8 (jan. e fev./2022) e TCEES/Sigefes (mar/2022)

A verificação quanto ao cumprimento do limite mínimo de aplicação dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no montante de 25% das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais é anual. Contudo, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico 15, destaca os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados no Ensino até abril de 2022.

Observa-se que o Estado aplicou, até abril, aproximadamente **R\$ 1,03 bilhão no Ensino, correspondente a 17,58% das receitas resultantes de impostos**, incluídas as transferências constitucionais.

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | aplicação no pagamento dos profissionais da educação básica

abril/2022

Aplicação de recursos no pagamento dos profissionais da educação básica - acumulado até abril/2022
(em R\$ milhões e % da receita do Fundeb)

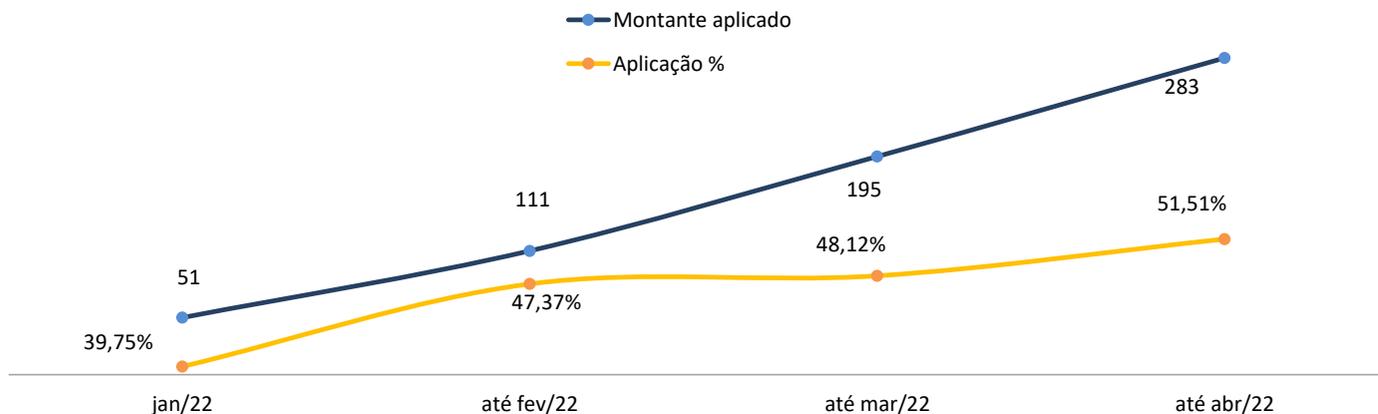


Gráfico 16 | fonte: publicação do RREO, anexo 8 (jan. e fev./2022) e TCEES/Sigefes (mar. e abr./2022)

A verificação quanto ao cumprimento de aplicação do limite mínimo de 70% dos recursos recebidos pelo Estado relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, ocorre anualmente.

Contudo, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico 16 destaca os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados na remuneração dos profissionais da educação básica até o final de abril de 2022. Nesse caso, observa-se que o **Estado aplicou aproximadamente R\$ 283 milhões na remuneração dos profissionais da educação básica, correspondente a 51,51% dos recursos relativos ao Fundeb.**

Gestão fiscal | limites constitucionais e legais | **aplicação na saúde**

abril/2022

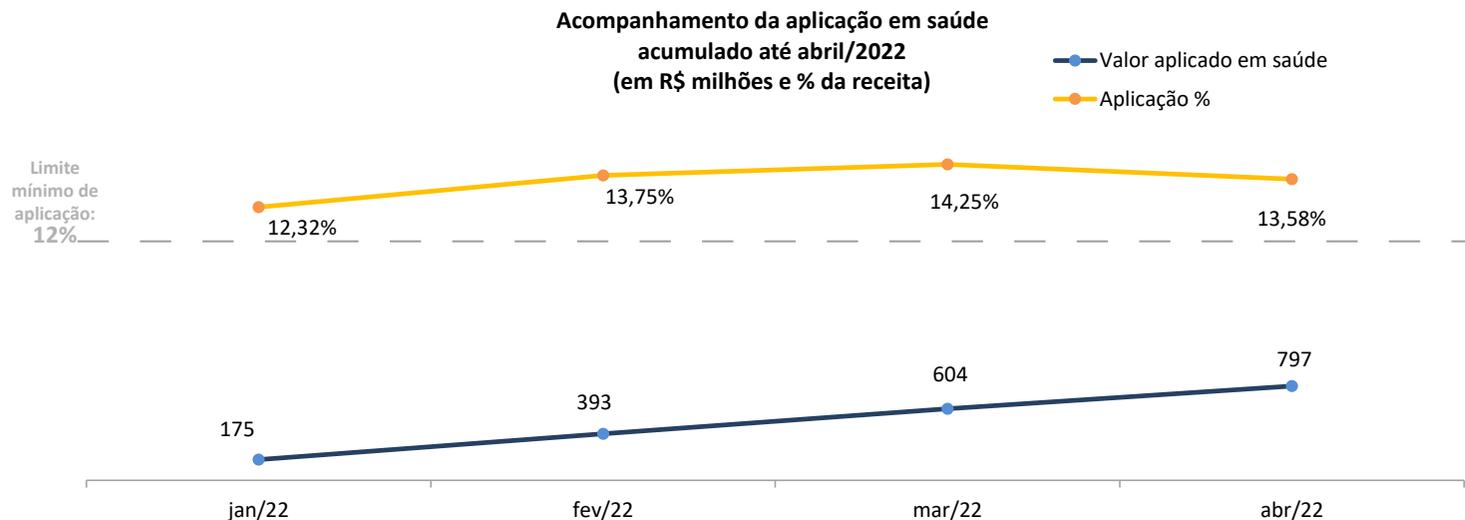


Gráfico 17 | fonte: Painel de Controle

A verificação quanto ao cumprimento do **limite mínimo de aplicação dos 12%** das receitas resultantes de impostos, incluídas as transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de Saúde é anual.

No entanto, apenas para fins de acompanhamento, o gráfico apresenta os valores e respectivos percentuais, relativos ao acumulado de recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde até abril de 2022.

Nesse caso, observa-se que o **Estado aplicou aproximadamente R\$ 797 milhões em Saúde, correspondente a 13,58% das receitas resultantes de impostos**, incluídas as transferências constitucionais.

Gestão fiscal | resultado primário e nominal

abril/2022

Resultado primário (em R\$ milhões)

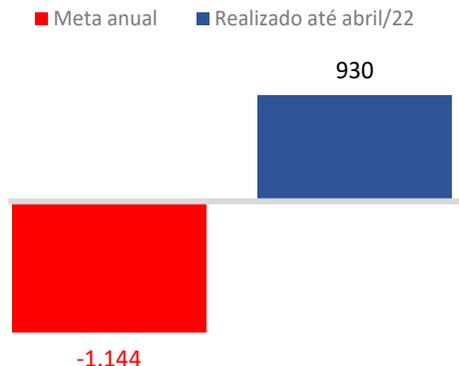


Gráfico 18 | fonte: Painel de Controle

O Resultado Primário é conceituado pela diferença entre Receitas Primárias e Despesas Primárias do Estado. Em caso de diferença positiva, tem-se um superávit primário; caso a diferença seja negativa, tem-se um déficit primário.

As Receitas Primárias correspondem às receitas orçamentárias que efetivamente diminuem o montante da Dívida Consolidada Líquida, ou seja, que aumentem as disponibilidades de caixa do ente sem um equivalente aumento no montante de sua dívida consolidada.

As despesas primárias correspondem às despesas orçamentárias que diminuem o estoque das disponibilidades de caixa e haveres financeiros, sem uma contrapartida em forma de diminuição equivalente no estoque da dívida consolidada.

Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da Dívida Consolidada Líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como implicação o aumento da Dívida Consolidada Líquida.

Resultado nominal (em R\$ milhões)

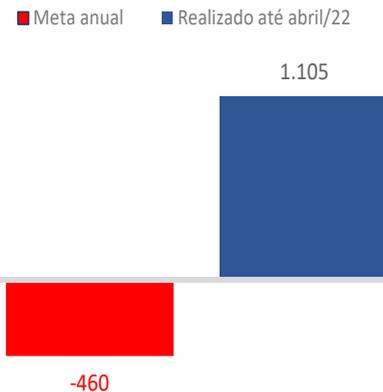


Gráfico 18A | fonte: Painel de Controle

O Resultado Nominal representa a variação da Dívida Consolidada Líquida em dado período e pode ser obtido a partir do Resultado Primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Ao final de abril de 2022, observou-se um Resultado Primário superavitário de aproximadamente R\$ 930 milhões, representando desempenho dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022.

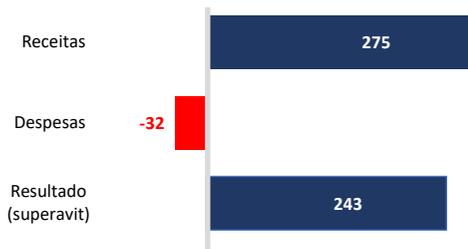
Quanto ao **Resultado Nominal**, observou-se que o resultado **acumulado até abril de 2022 também foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,11 bilhão, indicando uma diminuição da Dívida Consolidada Líquida**, estando dentro do parâmetro estabelecido para o ano no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2022.

Gestão previdenciária | resultado previdenciário

abril/2022

Acumulado abril/2022 (valores em R\$ milhões)

Fundo Previdenciário

Gráfico 19
Fonte: Sigefes

Fundo Financeiro

Gráfico 19A
Fonte: Sigefes

Fundo de Proteção Social dos Militares

Gráfico 19B
Fonte: Sigefes

Com o advento da LC nº 282/2004, foram criados os Fundos Financeiro e Previdenciário que se destinam, respectivamente, ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores que tenham ingressado no serviço público estadual e aos aposentados e pensionistas que já recebam benefícios previdenciários do Estado, até a data de publicação da referida Lei, e ao pagamento dos benefícios previdenciários aos servidores titulares de cargo efetivo que ingressaram ou que venham a ingressar no serviço público estadual a partir da publicação desta lei.

Além disso, por meio da Lei Complementar 943 de 16/03/2020, foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares – FPS*.

Os gráficos destacam que o **Fundo Previdenciário alcançou superávit de aproximadamente R\$ 243 milhões**, enquanto que o **Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares**, em função do grande volume de despesas previdenciárias frente às receitas auferidas até o final de abril de 2022, apresentaram **resultados deficitários de aproximadamente R\$ 795 milhões e R\$ 267 milhões**, respectivamente.

Gestão **orçamentária**

Receita

Receita **total**

Composição da receita

Despesa

Despesa **total**

Comparativo da despesa **por função**

Resultado orçamentário

Gestão **fiscal**

Limites constitucionais e legais

Despesa com pessoal e aplicação em saúde*

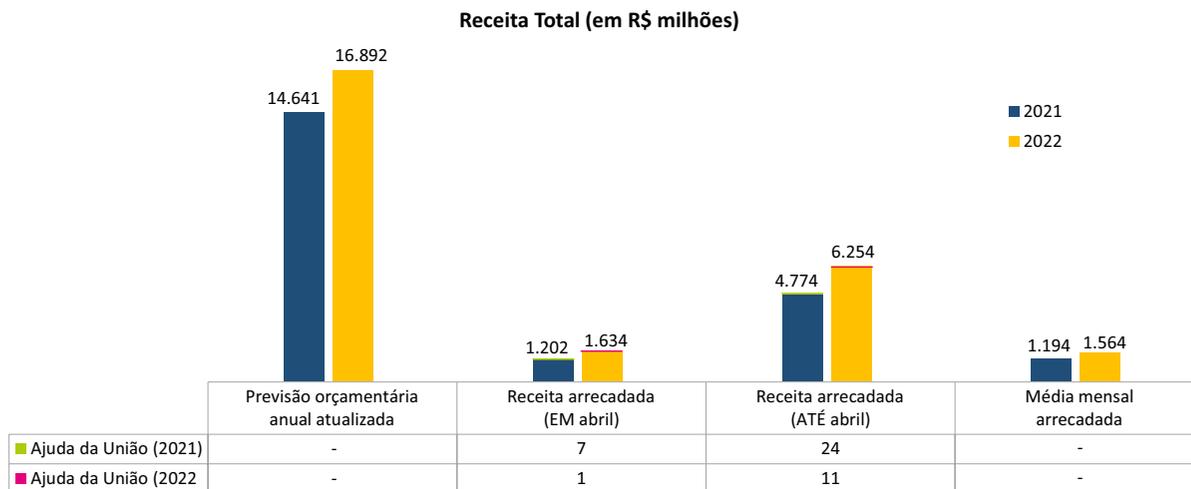
Aplicação no **ensino***

*Em função de novas alterações nos mapeamentos que norteiam os cálculos de limites de aplicação em educação e saúde, produzidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o TCEES deixa temporariamente de divulgar os dados obtidos pelos municípios capixabas, enquanto trabalha na adequação de sua ferramenta de apuração.

Clique nas abas para
acessar as informações

Gestão orçamentária | receita **total**

abril/2022



As Leis Orçamentárias Anuais (LOA) dos 76 municípios que homologaram suas contas mensais de abril/2022 no Tribunal de Contas, até 30/05/22*, consideradas de forma agregada e atualizadas pela abertura de créditos adicionais, estimaram as **receitas em aproximadamente R\$ 16,9 bilhões**, evidenciando, desta forma, um **acrécimo aproximado de 15% em relação ao montante de arrecadação previsto para o mesmo período do ano anterior, que foi de aproximadamente R\$ 14,6 bilhões**.

A **receita arrecadada até abril de 2022, de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões**, representou um **acrécimo de 31%** quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 20 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

*Dos 78 municípios, apenas Pancas e Divino de São Lourenço não apresentaram, até 30/05/2022, os dados das prestações de contas mensais de todos os meses do período de janeiro a abril.

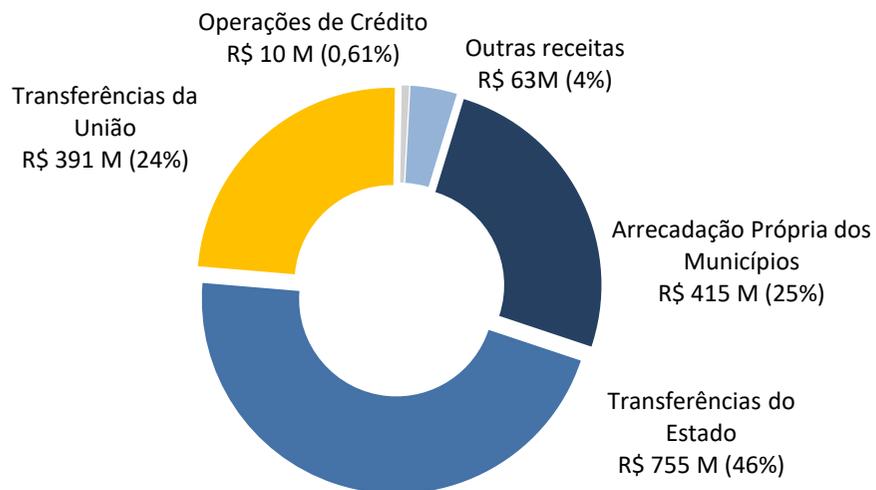
**Composição da receita arrecadada
(EM abril de 2022 - em R\$ milhões)**

Gráfico 21 | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

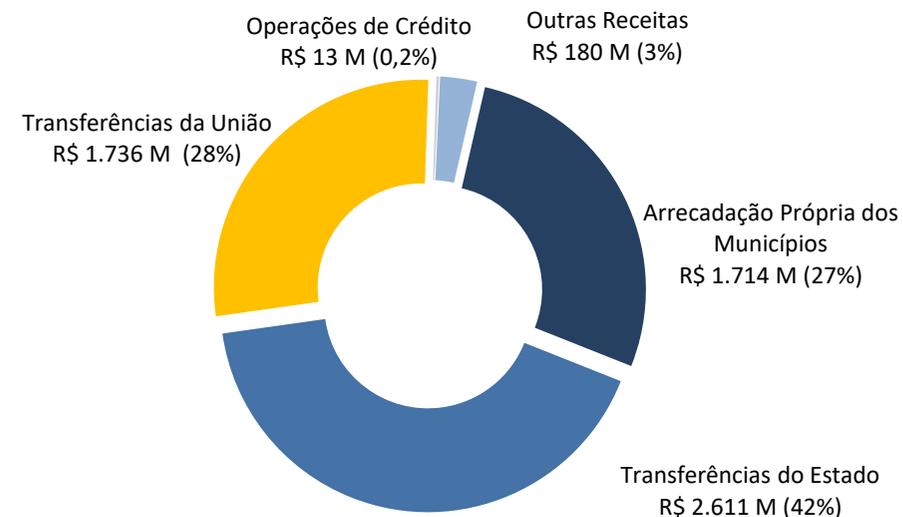
**Composição da receita arrecadada
(ATÉ abril de 2022 - em R\$ milhões)**

Gráfico 21A | Fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Gestão orçamentária | despesa **total**

abril/2022

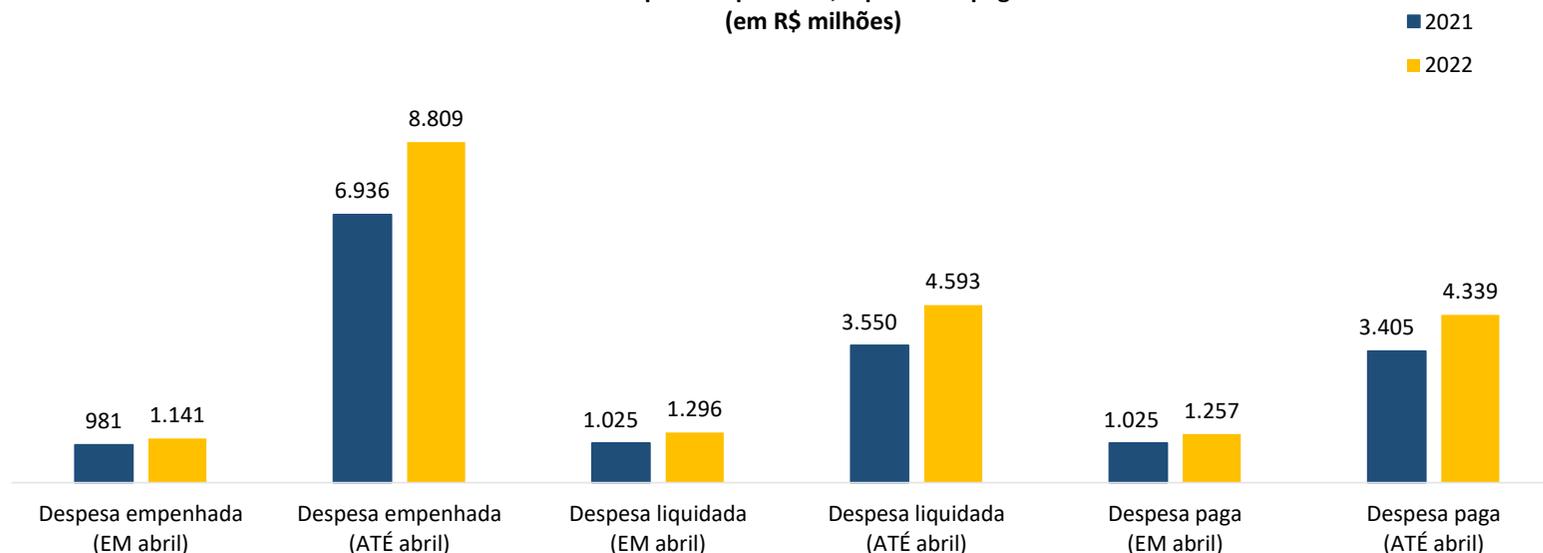
Despesa empenhada, liquidada e paga
(em R\$ milhões)

Gráfico 22 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

As **despesas empenhadas em abril** registraram um **acréscimo de 16%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. Já as **despesas empenhadas até abril de 2022**, comparadas àquelas do mesmo período de 2021, registraram um **acréscimo de 27%**.

As **despesas liquidadas em abril** registraram um **acréscimo de 26%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. As **despesas liquidadas até abril**, comparadas àquelas do mesmo período de 2021, registraram um **acréscimo de 29%**.

As **despesas pagas em abril de 2022** registraram um **acréscimo aproximado de 23%** quando comparadas às do mesmo mês de 2021. Já as **despesas pagas até abril de 2022**, comparadas àquelas do mesmo período de 2021, evidenciaram um **acréscimo de 27%**.

Nota: Dos 78 municípios, apenas Pancas e Divino de São Lourenço não apresentaram os dados até 30/05/2022.

Gestão orçamentária | **comparativo** da despesa **por função**

abril/2022

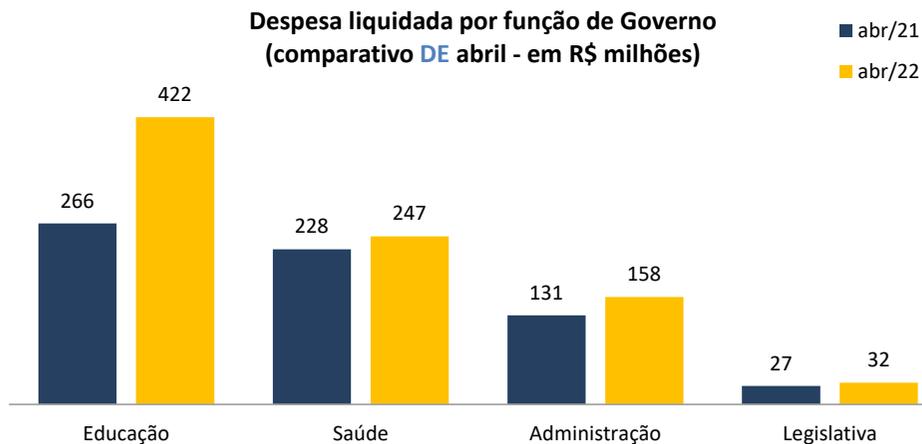


Gráfico 23 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

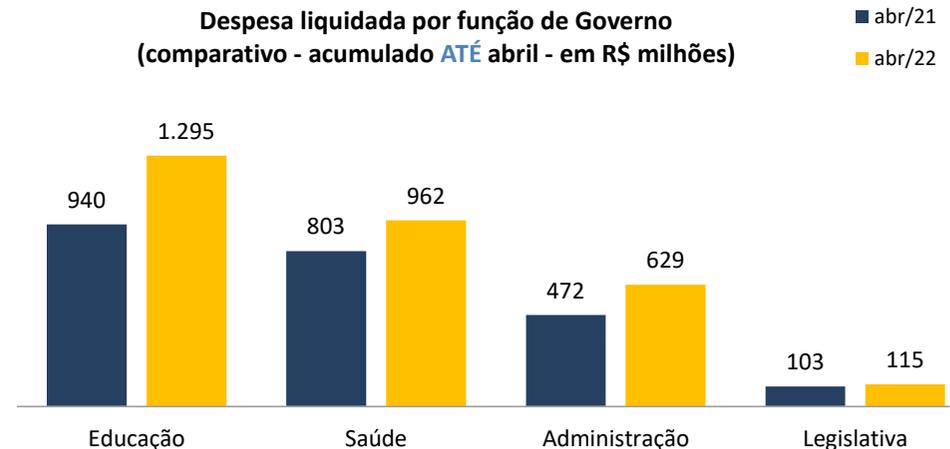


Gráfico 23A | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Em análise às despesas liquidadas por funções de governo, constatou-se que até o mês de abril de 2022 ocorreu **acréscimo nominal** das despesas nas funções **legislativa (11,7%)** e **saúde (19,8%)**, quando comparadas às apresentadas no mesmo período do ano anterior. Destacaram-se, sobretudo, os acréscimos referentes às despesas liquidadas nas funções **educação (37,8%)** e **administração (33,3%)**, em relação aos montantes acumulados em igual período de 2021.

Gestão orçamentária | resultado orçamentário

abril/2022

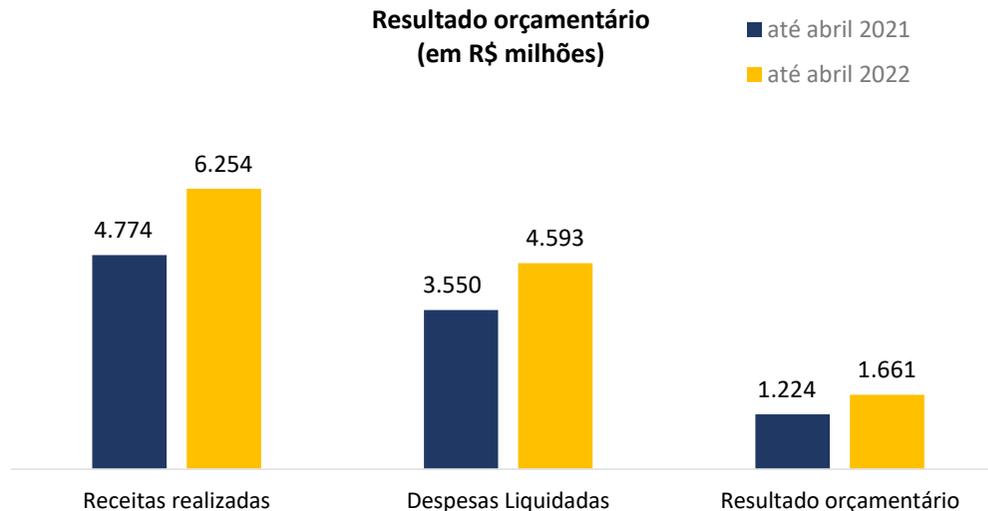


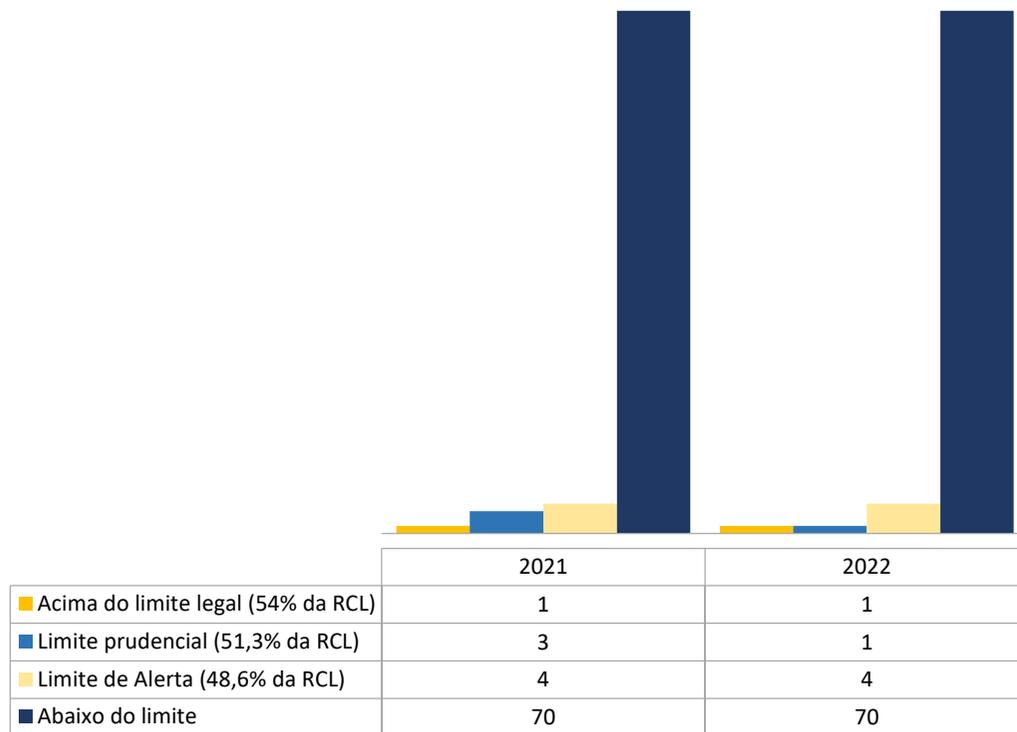
Gráfico 24 | fonte: Painel de Controle / dados abertos.

Consideradas as informações contidas nas prestações de contas dos 76 municípios capixabas que homologaram suas contas mensais de janeiro a abril/2022 no Tribunal de Contas, até 30/05/22*, constatou-se que estes **arrecadaram aproximadamente R\$ 6,3 bilhões e executaram despesas no montante aproximado de R\$ 4,6 bilhões** até o final de abril deste exercício. Com isso, o **resultado orçamentário no período foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,7 bilhão**.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual, também, apresentou superávit (aproximadamente R\$ 1,2 bilhão), houve uma **variação nominal positiva de aproximadamente 36%**. A variação positiva pode ser creditada ao acréscimo das receitas realizadas (variação de 31%), em relação ao mesmo período de 2021.

*Dos 78 municípios, apenas Pancas e Divino de São Lourenço não apresentaram os dados até 30/05/2022.

Poder Executivo Municipal - Despesa com pessoal
Quantidade de municípios por faixa de limites da LRF



Para efeito de acompanhamento, destaca-se nesse primeiro trimestre de 2022, a grande quantidade de municípios que se encontra abaixo do limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo (limite de 54% da RCL, estabelecido pela LRF). Situação similar à apresentada no final de 2021, conforme se observa no gráfico.

Resumo¹

O FMI reduziu de 4,2% para 3,6% a projeção do crescimento do PIB mundial este ano. O Brasil foi uma rara exceção, tendo o seu crescimento projetado para este ano aumentado de 0,3% para 0,8%.

A balança comercial de abril do país apresentou recuo no saldo comercial (-13,9%) na comparação anual. No acumulado do ano, a balança comercial do país totalizou um superávit de US\$ 19,9 bilhões e ficou 10,5% acima do registrado no ano passado (US\$ 18,0 bilhões).

Em abril de 2022, o comércio exterior capixaba apresentou expansão de +2,95%, frente ao mês imediatamente anterior, arrefecendo o ritmo de crescimento que vinha experimentando desde fevereiro deste ano. O resultado no acumulado dos quatro primeiros meses de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, também foi positivo, com variação de +35,32% no comércio exterior capixaba.

O PIB do país cresceu 1,0% na comparação do primeiro trimestre deste ano com o quarto trimestre do ano passado. Com esse resultado, o PIB está 1,6% acima do patamar pré-pandemia (4º tri de 2019).

A confiança do empresário industrial brasileiro avançou em abril, revertendo as reduções do 1º trimestre do ano. No Espírito Santo, a confiança por parte dos empresários capixabas também apresentou elevação em abril.

Em abril, o Brasil criou 196.966 novos empregos formais e no acumulado de 2022 o saldo está em 770.593 empregos. No Espírito Santo, foram criados 4.9991 postos de trabalho com carteira assinada em abril de 2022 e no acumulado do ano foram gerados 17.497 postos de trabalho.

A inflação do Brasil medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou uma variação de 1,06% na passagem de março para abril e atingiu 12,13% nos últimos 12 meses encerrados em abril. O IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) avançou +0,83% em abril de 2022 e nos últimos 12 meses atingiu 12,45%.

Resumo

A arrecadação do Estado em 2022 segue superando o previsto e obteve aumento nominal de +35% no acumulado até abril em comparação ao mesmo período de 2021. O comportamento do ICMS no início de 2022 segue a trajetória de 2021: após a queda em fevereiro e março, recuperação em abril. O ICMS acumulado até abril (R\$ 3,4 bilhões) representa um acréscimo nominal de +23% em relação ao acumulado até abril de 2021 (R\$ 2,8 bilhões).

As despesas liquidadas até abril no Estado aumentaram nominalmente +18% em relação ao acumulado até abril de 2021. Com o aumento nominal da receita (+35%) quase em dobro em relação à despesa (+18%), o resultado orçamentário do Estado no acumulado até abril de 2022 foi superavitário (R\$ 2,2 bilhões) com um considerável acréscimo nominal de +112,5% em relação ao superávit do mesmo período de 2021.

A arrecadação dos 76 municípios adimplentes aumentou nominalmente +31% no acumulado até abril de 2022 (R\$ 6,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 2021 (4,8 bilhões). Os municípios capixabas aumentaram em +29% suas despesas liquidadas até abril de 2022 em relação ao mesmo período de 2021. Com isso, houve um superávit orçamentário no acumulado até abril de 2022 (R\$ 1,7 bilhão) superior (+36% nominal) ao do mesmo período de 2021 (R\$ 1,2 bilhão).

Panorama internacional

Na revisão do World Economic Outlook de abril, o FMI cortou, de 4,2% para 3,6%, a projeção para o crescimento do PIB mundial este ano. A previsão de crescimento caiu em especial na área do euro, de 3,9% para 2,8%, mas também para os EUA – de 4,0% para 3,7% – e para a China – de 4,8% para 4,4% – houve queda nas taxas projetadas. O Brasil foi uma rara exceção, com o Fundo aumentando, de 0,3% para 0,8%, o crescimento projetado para este ano.

Além do conflito entre Rússia e Ucrânia, a necessidade de aperto monetário para combater a elevada inflação global é um dos motivos apontados para essa revisão, para baixo, das projeções de crescimento. De fato, a inflação não tem dado trégua, lá fora e aqui.

Ainda não há perspectiva favorável para o recuo nos preços das *commodities*. Riscos geopolíticos contribuem para esse cenário e, pelo menos por enquanto, não há perspectiva de cessar-fogo na guerra da Rússia com a Ucrânia. Com relação ao petróleo, mesmo o governo dos EUA anunciando a liberação de até 180 milhões de barris da reserva estratégica de óleo nos próximos seis meses, os preços do barril se mantêm voláteis e elevados. O desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado internacional continua e deve se agravar a curto prazo, conforme as sanções apertam e o acesso do petróleo russo ao mercado global fica mais difícil.

Panorama internacional

Setor externo brasileiro

O Ministério da Economia divulgou a balança comercial de abril. No mês, as exportações do país somaram US\$ 28,9 bilhões, avanço de 16,7% em relação ao mesmo período de 2021. As importações cresceram 35,7%, totalizando US\$ 20,8 bilhões. O saldo comercial, por outro lado, recuou -13,9% na comparação anual e fechou o mês em US\$ 8,1 bilhões. No acumulado do ano, a balança comercial do país totalizou um superávit de US\$ 19,9 bilhões e ficou 10,5% acima do registrado no ano passado (US\$ 18,0 bilhões).

Balança comercial do Brasil, abril 2022

| Indicadores | Abril (US\$ bilhões) | Acumulado ano (US\$ bilhões) | Acum. 2022/ Acum. 2021 (%) |
|----------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Corrente de comércio | 49,7 | 182,4 | 25,5 |
| Exportação | 28,9 | 101,2 | 23,8 |
| Importação | 20,8 | 81,2 | 27,6 |
| Saldo | 8,1 | 19,9 | 10,5 |

Legenda: ↑ alta → estabilidade ↓ queda

Tabela 03 | Fonte: Secretaria de Comércio Exterior / ME. Elaboração: Ideies/Findes.

Panorama internacional

Setor externo capixaba

As exportações capixabas totalizaram US\$ 873,59 milhões, em abril de 2022, alta de +15,46% frente ao mês imediatamente anterior. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as vendas externas do estado expandiram em +21,76% e no acumulado dos quatro meses de 2022, contra o mesmo período do ano anterior, o crescimento foi de +19,55%. As exportações capixabas foram destinadas principalmente para os Estados Unidos, que, novamente, se mantiveram no topo do ranking dos destinos das exportações capixabas, com 24,47% de participação no valor, seguido pela Malásia, com 9,74% de participação, Coreia do Sul, com 7,96% e China, com 6,79%.

Em abril de 2022, as importações capixabas atingiram US\$ 693,37 milhões, correção de -9,41% após ter registrado o maior valor da série histórica desde novembro de 2012, no mês anterior. Na comparação com abril de 2021, as importações capixabas apresentaram crescimento de +42,10%, e no acumulado dos quatro primeiros meses de 2022, frente ao mesmo período do ano passado, foram importados US\$ 2,80 bilhões, crescimento de +57,15%. Mais uma vez, a China ficou no primeiro lugar no ranking de origem das importações capixabas, em abril de 2022, com 21,41% de participação, seguida pela Austrália, com 17,05%, dos Estados Unidos, com 10,28% e da Argentina, com 9,63%

Em abril de 2022, o comércio exterior capixaba apresentou expansão de +2,95%, frente ao mês imediatamente anterior, arrefecendo o ritmo de crescimento que vinha experimentando desde fevereiro desse ano, devido à contração de -9,41% nas importações, enquanto as exportações mantiveram o ritmo de expansão dos meses anteriores, com variação de +15,46%, na mesma base de comparação. Na comparação com abril de 2021, houve incremento de +29,99% no comércio exterior capixaba, sucedido do crescimento de +21,76% nas exportações e +42,10% nas importações. O resultado no acumulado dos quatro primeiros meses de 2022, comparado ao mesmo período de 2021, também foi positivo, com variação de +35,32% no comércio exterior capixaba.

Atividade econômica

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou o relatório sobre as perspectivas econômicas mundiais, em que revisou para baixo a projeção de crescimento da economia global em 2022. No documento de abril, o Fundo estimou que o PIB mundial crescerá 3,6% em 2022, abaixo das estimativas anunciadas em janeiro. A instituição justificou os cortes alegando os efeitos econômicos provocados pelo conflito russo-ucraniano, bem como as sanções econômicas impostas à Rússia, e a retomada da adoção de *lockdown* na China. Um dos motivos para a desaceleração econômica será o aperto monetário internacional. Os bancos centrais, para tentar conter a escalada inflacionária, que se iniciou antes mesmo da guerra, estão acelerando o processo de elevação de suas taxas de juros.

Ainda sobre as projeções do FMI, a instituição elevou a projeção do PIB do Brasil para 2022 de 0,3% (estimado em janeiro) para 0,8%. Apesar de considerar o aumento de inflação e do aperto monetário no país, o Fundo alegou que a elevação dos preços internacionais das *commodities* em função do conflito podem beneficiar países exportadores de matérias-primas, como é o caso brasileiro.

Projeções (%) do FIM para o PIB em 2022, regiões selecionadas – abril, 2022



Gráfico 26 | Fonte: FMI/World Economic Outlook | Elaboração: Findes/Ideies.

Atividade econômica

O Boletim Focus (de 22 de abril) do Banco Central do Brasil (BCB) divulgou que a estimativa do mercado para o IPCA subiu para 7,65%. A projeção para Selic também subiu para 13,25% a.a. Em relação ao PIB, a mediana das expectativas aumentou na comparação com quatro semanas atrás, passando de 0,50% para 0,65%. O câmbio, por outro lado, completou cinco semanas de revisão para baixo, com os analistas projetando que a moeda americana termine 2022 sendo cotada à US\$/R\$ 5,00.

Focus – Expectativas de mercado – 22 de abril de 2022

| Indicador | Mediana das Expectativas de Mercado (2022) | Comportamento das últimas 4 semanas | | | |
|------------------------|--|-------------------------------------|-------|-------|-------|
| | | 04/04 | 11/04 | 18/04 | 26/04 |
| PIB (% de crescimento) | 0,65 | ↑ | → | ↑ | ↑ |
| IPCA (%) | 7,65 | ↑ | ↑ | ↑ | ↑ |
| Selic (% a.a.) | 13,25 | → | → | ↑ | ↑ |
| Câmbio (R\$/US\$) | 5,00 | ↓ | ↓ | ↓ | ↓ |

Legenda: ↑ alta → estabilidade ↓ queda

Gráfico 27 | Fonte: Banco Central | Elaboração: Ideies/Findes.

Atividade econômica

No Sistema Gerenciador de Séries Temporais do BCB, as informações a respeito da taxa de câmbio comercial para compra evidenciam uma continuidade na redução da taxa de câmbio brasileira nesses primeiros meses do ano. No dia 13 de abril, a cotação em real da moeda americana ficou em R\$/US\$ 4,70, valor 7,5% inferior ao de um mês atrás. Essa foi a menor cotação para a moeda desde o dia 11 de março de 2020, quando chegou a R\$/US\$ 4,67. Fatores como a alta da taxa Selic (ainda em 11,75% a.a. em abril), aumento dos preços das *commodities* e alteração dos fluxos de capitais dos países asiáticos, notadamente a China, para os países da América Latina, favoreceram a entrada de recursos estrangeiros no Brasil.

Taxa de câmbio diária (compra) – R\$/US\$

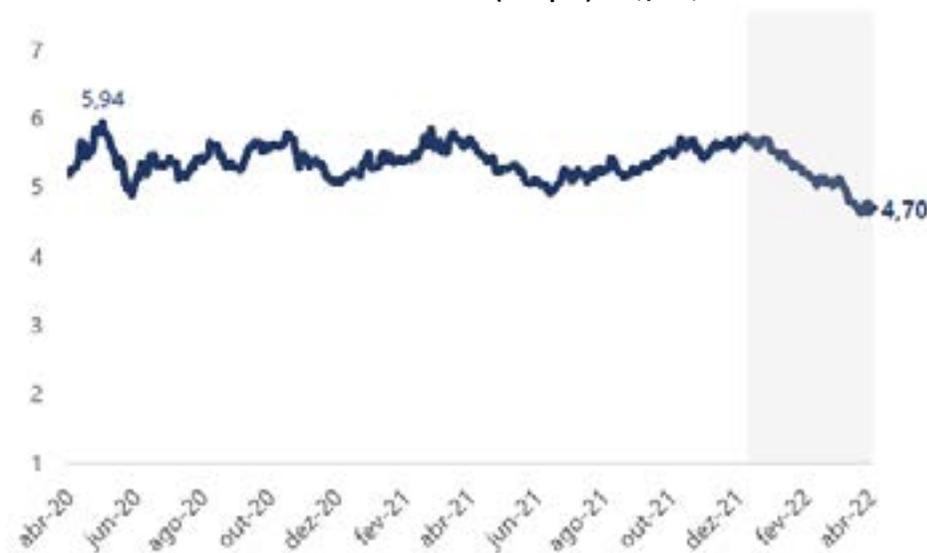


Gráfico 28 | Fonte: BCB | Elaboração: Ideies/Findes

Atividade econômica

O IBGE publicou o PIB do primeiro trimestre no país. No período, a atividade econômica brasileira cresceu 1,0% na comparação com o quarto trimestre do ano passado. Com esse resultado, o PIB está 1,6% acima do patamar pré-pandemia (4º tri de 2019). O setor de serviços foi o driver do crescimento da economia no primeiro trimestre. Com o avanço da imunização contra a Covid-19, o retorno das atividades presenciais beneficiou àquelas atividades ligadas a prestação de serviços às famílias, como alojamento e alimentação. A indústria apresentou estabilidade no período (0,1%) com a atividade de eletricidade, gás e saneamento (6,6%) registrando o maior avanço, seguida pelas altas das indústrias de transformação (1,4%) e construção (0,8%). A única queda foi registrada na indústria extrativa (-3,4%). O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) divulgou a estimativa do PIB do ES, que avançou 1,7% na comparação com o trimestre anterior, na série com ajuste sazonal.

Índice de volume trimestral com ajuste sazonal – Brasil (base: 4º trimestre de 2019 = 100)

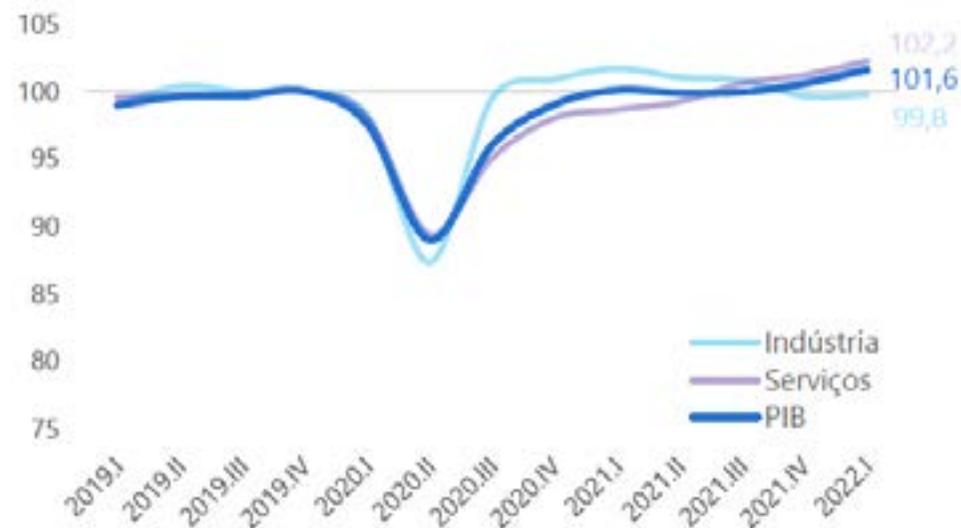


Gráfico 29 | Fonte: IBGE/CNT | Elaboração: Findes/Observatório da Indústria

Atividade econômica

Expectativas de empresários e consumidores

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgou o Índice de Confiança do Empresário Industrial Brasileiro (ICEI-BR) de abril. Apontando avanço da confiança do empresário brasileiro, o indicador atingiu 56,4 pontos em abril, após ter aumentado 1,4 ponto em relação ao mês anterior. Essa é a primeira elevação do ICEI-BR no ano, após queda de 1,3 ponto acumulada de janeiro a março. Portanto, o resultado de abril reverte as reduções do 1º trimestre do ano. Todos os componentes do ICEI cresceram no mês, com o índice de confiança indo a 47,4 pontos e o de condições atuais chegando a 56,8 pontos. No Espírito Santo, o ICEI-ES também apresentou elevação no mês, atingindo 57,6 pontos e indicando confiança por parte dos empresários capixabas.

Índice de confiança do empresário industrial (ICEI-BR), abril de 2022

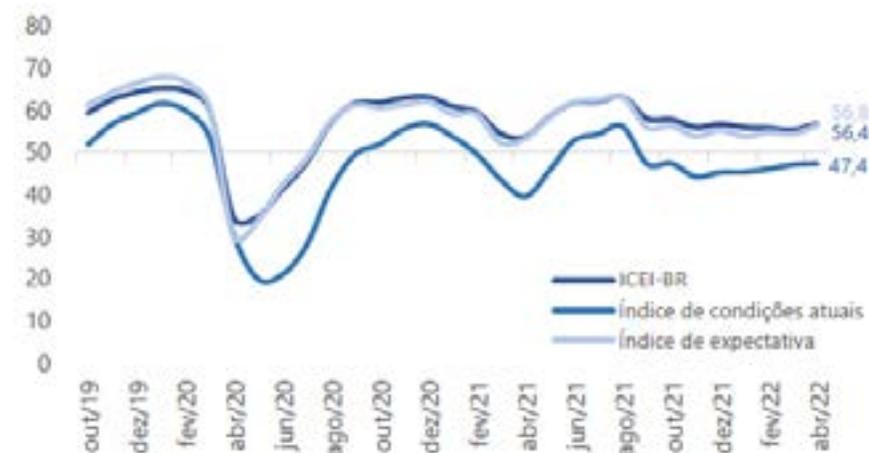


Gráfico 30 | Fonte: CNI | Elaboração: Ideies/Findes

Nota: O indicador varia de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam confiança e abaixo desse valor indica falta de confiança.

Atividade econômica

Mercado de trabalho

Em abril, o Brasil criou 196.966 novos empregos formais. O saldo é resultante de um total de 1.854.557 admissões e de 1.657.591 desligamentos. Com isso, os trabalhadores celetistas no país estavam, naquele mês, em 41.448.948 vínculos, o que, segundo dados do balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) representa uma alta de 0,48% na comparação com o mês anterior.

De acordo com o Novo Caged, no acumulado de 2022 o saldo está em 770.593 empregos, número que decorre de um total de 7.715.322 admissões e de 6.944.729 desligamentos.

Em abril de 2022 foram criados 4.9991 postos de trabalho com carteira assinada no Espírito Santo. Tal desempenho foi decorrente, em grande medida, dos resultados positivos obtidos pelos setores de Serviços (+2.673) e da Agropecuária (+1.011). O saldo acumulado no ano é de 17.497 vínculos de trabalho. Foram criados 4.999 postos de trabalho celetistas no Espírito Santo, o equivalente a um aumento de +0,64% do estoque de empregos com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, até abril, foram gerados +17.497 postos de trabalho. Dentre as atividades econômicas do Espírito Santo, quase todos os setores apresentaram desempenho positivo, com destaque para o setor de Serviços (+2.673).

Atividade econômica

Inflação

O IBGE publicou os resultados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de abril de 2022. A inflação do Brasil registrou uma variação de 1,06% na passagem de março para abril e foi puxada pela alta dos preços dos alimentos (2,06%) e dos itens no grupo Transporte (1,91%). Em relação as demais bases de comparação, o IPCA do país acumulou alta de 4,29% no ano e atingiu 12,13% nos últimos 12 meses encerrados em abril. Para a Grande Vitória, o grupo habitação também contribuiu para a desaceleração dos preços na passagem de março para abril. O IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) avançou +0,83% em abril de 2022, taxa inferior à registrada nos dois meses imediatamente anteriores. A variação do nível de preços na RMGV foi a terceira menor entre as 16 áreas pesquisadas e ficou abaixo da média nacional de +1,06%. Contudo, a Grande Vitória foi a sexta região pesquisada pelo IBGE com a maior taxa de inflação do país nos últimos 12 meses (12,45%).

Variação (%) do IPCA em 12 meses

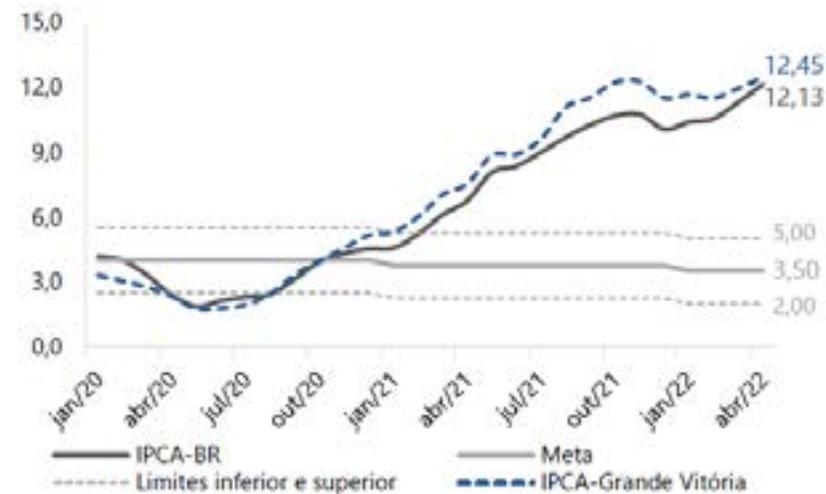


Gráfico 31 | Fonte: IBGE e BCB | Elaboração: Ideies/Findes

Panorama fiscal

Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) divulgou as estatísticas fiscais de março de 2022. O setor público consolidado registrou um superávit de R\$ 4,3 bilhões, resultado de um déficit de R\$ 7,8 bilhões do Governo Central e de superávits de R\$ 11,9 bilhões e R\$ 242 milhões, respectivamente, dos governos regionais e das empresas estatais. Nos doze meses encerrados em março, o superávit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 122,8 bilhões, equivalente a 1,37% do PIB.

Resultado Primário do Setor Público (R\$ bilhões) – março de 2022



Gráfico 32 | Fonte: BCB | Elaboração: Findes/Ideies.

Nota: (-) Superávit; (+) Déficit. Resultado primário obtido pelo conceito “abaixo da linha”, que leva em consideração as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas.

Panorama fiscal

A Receita Federal (Ministério da Economia) apresentou a arrecadação federal de abril. No mês, os recolhimentos federais totalizaram R\$ 195,0 bilhões e registraram acréscimo real de 10,9% em relação a abril de 2021. No período acumulado de janeiro a abril, a arrecadação total alcançou o valor de R\$ 743,2 bilhões, representando um aumento real de 11,0% na comparação com o mesmo período do ano passado. O crescimento observado no período foi decorrente das maiores receitas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Juntas, essas duas rubricas totalizaram arrecadação de R\$ 196,6 bilhões, com acréscimo real de 22,57% em relação ao mesmo período de 2021.

Arrecadação Federal – janeiro a abril, em R\$ bilhões (a preços de abril de 2021)

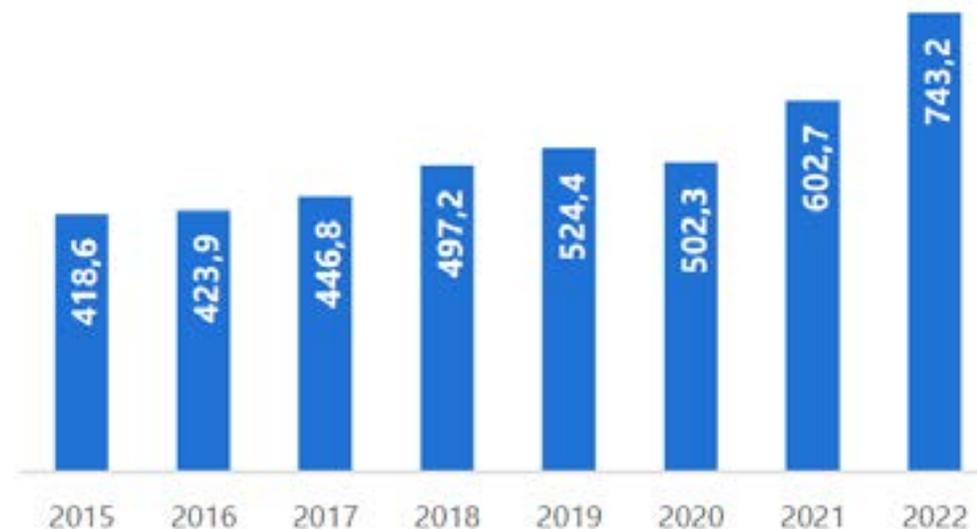


Gráfico 33 | Fonte: Receita Federal (ME) | Elaboração: Findes/Ideias.

Panorama fiscal

Finanças públicas do ES

A Receita Total arrecadada em abril de 2022 (R\$ 1,9 bilhão) e no acumulado até abril de 2022 (R\$ 7,7 bilhões) apresentaram aumento nominal (+37% e +35%, respectivamente) se comparadas com o mesmo período do ano passado.

A arrecadação própria do Estado correspondeu a 71,8% em abril de 2022, seguida pelas transferências da União (25,4%). O ICMS arrecadado no mês (R\$ 870 milhões) representa um aumento nominal de +24% em relação a abril de 2021. O comportamento do ICMS no início de 2022 segue a trajetória de 2021: após a queda em fevereiro e março, recuperação em abril. O acumulado no ano (R\$ 3,4 bilhões) representa um acréscimo nominal de +23% em relação ao acumulado de 2021 (R\$ 2,8 bilhões).

O recebimento das compensações financeiras do petróleo em abril de 2022 (R\$ 81 milhões) registrou aumento nominal de 8% em relação ao mesmo mês de 2021, mas queda real de -4%. No acumulado até abril, houve aumento nominal de +57% na mesma base de comparação.

As despesas liquidadas em abril de 2022 (R\$ 1,5 bilhão) representam um acréscimo nominal de +14% em relação ao mesmo mês de 2021, e acréscimo nominal de +18% no acumulado do ano. A função Previdência Social respondeu pelo maior gasto (R\$ 326 milhões) em abril de 2022, seguida da Saúde (R\$ 305 milhões), Educação (R\$ 165 milhões) e Segurança Pública (R\$ 161 milhões).

O resultado orçamentário do Estado no acumulado até abril de 2022 foi superavitário (R\$ 2,2 bilhões) com um considerável acréscimo nominal de +112,5% em relação ao superávit do mesmo período de 2021, fruto, essencialmente, do aumento das despesas (+18%) menor do que o aumento da receita total (+35%) no período.

A Receita Corrente Líquida, importante parâmetro fiscal para a observância de limites, atingiu R\$ 20,3 bilhões (acumulada em 12 meses) em abril de 2022, continuando a trajetória de aumento iniciada em junho de 2020. A despesa total com pessoal para fins da LRF de todos os órgãos estaduais está abaixo dos limites de alerta, prudencial e legal.

O Resultado Primário superavitário (R\$ 930 milhões) até abril de 2022 é um bom sinal do esforço fiscal do governo do estado no controle do endividamento. O sistema previdenciário do estado apresenta desempenho geral esperado: o Fundo Previdenciário superavitário e o Fundo Financeiro e o Fundo de Proteção Social dos Militares deficitários.

Panorama fiscal

Finanças públicas dos municípios capixabas

Os 76 municípios capixabas adimplentes mostraram, no conjunto, uma arrecadação maior (+31% nominal) no acumulado até abril de 2022 (R\$ 6,3 bilhões) em relação ao mesmo período de 2021 (4,8 bilhões). As principais origens de arrecadação dos municípios no acumulado do ano são as transferências do Estado (42%) e da União (28%), denotando a dependência (70%) dos entes municipais em relação a outros entes federados. A arrecadação própria atingiu 27%.

Os municípios capixabas aumentaram em +29% suas despesas liquidadas até abril de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, com destaque para a participação da Função Educação (R\$ 1,3 bilhão) e Saúde (R\$ 1,0 bilhão).

No conjunto, os municípios capixabas obtiveram um superávit orçamentário no acumulado de 2022 (R\$ 1,7 bilhão) superior (+36% nominal) ao do mesmo período de 2021 (R\$ 1,2 bilhão), diante de um acréscimo na receita (+31%) maior que o acréscimo na despesa liquidada (+29%).

Dos 76 municípios capixabas que apresentaram os dados até abril de 2022, a grande maioria (70 municípios, ou 92%) está abaixo do limite dos gastos com pessoal e apenas 1 município acima do limite legal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conselheiros

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun *Presidente*

Domingos Augusto Taufner *Vice-presidente*

Rodrigo Coelho do Carmo *Corregedor*

Sebastião Carlos Ranna de Macedo *Ouvidor*

Sérgio Manoel Nader Borges *Conselheiro*

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto *Conselheiro*

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha *Conselheiro*

Conselheiros Substitutos

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

Ministério Público Especial de Contas

Luis Henrique Anastácio da Silva *Procurador Geral*

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

Secretária-geral Administrativa e Financeira

Arinéia Oliveira de Aguiar

Secretário-geral de Controle Externo

Donato Volkens Moutinho

Secretário-geral das Sessões

Odilson Souza Barbosa Junior

Secretário-geral de Tecnologia da Informação

Klayson Sesana Bonatto

Elaboração

Núcleo de Controle Externo de Consolidação das Contas de Governo (NCContas)

Núcleo de Controle Externo de Tendências de Riscos (NATR)

Identidade organizacional

Negócio

Controle Externo

Missão

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Visão

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

Valores

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Metodologia de cálculo de despesa
com pessoal para 2021 (IN TC 72/2021)**

nota p. 12

nota p. 13

nota p. 14

nota p. 15

nota p. 16

nota p. 17

nota p. 18

Metodologia de cálculo dos limites de despesa com pessoal 2021, de acordo com a **regra de transição** estabelecida pela **Instrução Normativa TC 72, de 4 de maio de 2021**, que revogou a Instrução Normativa TC 41, de 27 de junho de 2017, diante das últimas alterações promovidas na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021.

nota p. 23

Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, criado pela Lei Complementar 943/2020, de 16/03/2020.

A Emenda Constitucional EC 103, de 12 de dezembro de 2019, instituiu a competência privativa da União para editar normas gerais sobre inatividades e pensões das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Nesta esteira, editou-se a Lei Federal 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que, dentre outras providências, dispôs acerca do Sistema de Proteção Social dos Militares.

Com isso, o Estado do Espírito Santo promoveu adaptações na legislação local, modificando a Lei 3.196/1978 e as Leis Complementares 282/2004 e 711/2013 por meio da Lei Complementar LC 943, aprovada pela Assembleia Legislativa em 11/03/2020, aplicável aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por soldo ou subsídio. Com o advento da referida lei foi criado o Fundo de Proteção Social dos Militares FPS, prazo indeterminado, instrumento de natureza contábil, com a finalidade de manter os benefícios de inatividade dos militares e das pensões militares, vinculado ao IPAJM.

| Ajuda financeira da União ao Estado - 2020 | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | maio | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | total |
| Complementação FPE - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020 | - | - | - | 15 | 8 | 38 | 26 | 3 | 23 | 33 | - | - | 146 |
| Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I | - | - | - | - | - | 48 | 51 | 49 | 48 | - | - | - | 196 |
| Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II | - | - | - | - | - | 178 | 178 | 178 | 178 | - | - | - | 712 |
| Auxílio Financeiro Setor Cultural - Lei 14.017/2020 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 30 | - | 2 | 32 |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | - | - | 8 | 56 | 6 | 18 | 101 | 5 | 7 | 18 | 11 | 44 | 274 |
| Total | - | - | 8 | 71 | 14 | 282 | 356 | 235 | 256 | 81 | 11 | 46 | 1.360 |

Nota: em 2020 acrescenta-se o ingresso de R\$ 29.659.471,14 (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplado na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes, www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

| Ajuda financeira da União ao Estado - 2021 | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | maio | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | total |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | 24 | - | 38 | 8 | 32 | 35 | 35 | 43 | 52 | 35 | 5 | 41 | 348 |

Nota: de jan a dez 2021 acrescenta-se o ingresso de R\$ 12.581.979,52 (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não contemplados na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes

| Ajuda financeira da União ao Estado - 2022 | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | total |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | - | 13 | - | - | 13 |

Nota: de jan a abr/2022 acrescenta-se o ingresso de R\$ 337.364,16 (transferências decorrentes de decisões judiciais e doações), não computadas na tabela.

Fonte: Sefaz - Sigefes

Valores em R\$ milhões

| Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2020 (todos) | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | maio | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | total |
| Complementação FPM - MP nº 938/2020 - Lei 14.041/2020 | - | - | - | 10 | 9 | 43 | 30 | 2 | 19 | 28 | - | - | 141 |
| Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, I | - | - | - | - | - | 14 | 14 | 15 | 15 | - | - | - | 58 |
| Auxílio Financeiro LC 173/2020, art. 5º, II | - | - | - | - | - | 121 | 121 | 120 | 121 | - | - | - | 483 |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | - | - | 12 | 23 | 2 | 29 | 56 | 137 | 38 | 6 | 12 | 23 | 338 |
| Total | - | - | 12 | 33 | 11 | 207 | 221 | 274 | 193 | 34 | 12 | 23 | 1.020 |

Fonte: www.tesourotransparente.gov.br e <https://consultafns.saude.gov.br>

| Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2021 (todos) | | | | | | | | | | | | | |
|---|-----|-----|-----|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | maio | jun | jul | ago | set | out | nov | dez | total |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | 2 | - | 15 | 7 | 29 | - | 9 | 18 | 14 | 12 | 1 | 9 | 116 |

Fonte: <https://consultafns.saude.gov.br/#/repasse-dia>

| Ajuda financeira da União aos municípios capixabas - 2021 (exceto Divino São Lourenço e Pancas*) | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|-------|
| Receita | jan | fev | mar | abr | total |
| Transferência Fundo a Fundo - Custeio saúde - Covid-19 | 2 | 1 | 7 | 1 | 11 |

Fonte: <https://consultafns.saude.gov.br/#/repasse-dia>

Nota: Os municípios de Divino São Lourenço e Pancas não enviaram a PCM de todo o período de jan a abr de 2022.